

# Imigrantes do Distrito Federal têm níveis de escolarização e especialização mais alto e melhores empregos

## CHINESES BEM-SUCEDIDOS

Assim como ocorre com os coreanos, libaneses e bolivianos, a presença dos chineses é visível pelas ruas de São Paulo. Eles não param de chegar. A mais recente leva é proveniente da superpopulosa Guang Dong — próxima a Hong Kong —, onde 90% da população vivem da plantação de arroz. O restante trabalha com artesanato.

Como os salários lá são muito baixos, preferem vir para o Brasil. Aqui, reencontram parentes e amigos. Trabalham para eles, ganhando cerca de R\$ 250,00 por mês, mais casa e comida. Tão logo aprendem o idioma, montam seus próprios negócios. E, assim, passam a engrossar a legião de chineses bem sucedidos em São Paulo, que já tomaram conta de ruas como a 25 de Março, na região central, e a José Paulino, no Bom Retiro, dominada antigamente pelos judeus.

## CLANDESTINOS VIP NO DF

Os imigrantes estrangeiros que vivem irregularmente no Distrito Federal têm, em média, níveis de escolaridade e especialização mais alto e conseguem empregos melhores que seus conterrâneos que vivem em outras regiões do país. São uma espécie de clandestino vip.

Dados da Polícia Federal mostram que o grupo mais forte de estrangeiros vivendo irregularmente no DF é formado por peruanos. Dos 88 imigrantes que no mês passado pediram anistia, 16 (18,18%) são peruanos. Depois deles, os grupos mais representativos foram os formados por nigerianos (seis) e norte-americanos (cinco).

Este mês, cerca de 60 outros imigrantes pediram registro, mas ainda não há um levantamento a respeito da origem desses estrangeiros.

Os imigrantes clandestinos no DF se concentram no Guará e Cruzeiro — e não têm uma área de atividade econômica preponderante na qual atuam. "A gente vê pelos pedidos de anistia que as profissões quase nem se repetem", diz José Donizetti, coordenador da Seção de Registros de Estrangeiros da Polícia Federal no DF.

Entre os estrangeiros que aqui pedem registro de permanência, há funcionários de embaixadas que resolvem ficar morando no país depois de encerrado seu tempo de trabalho para a diplomacia.

## MENOS DE 3% TÊM NÍVEL PRIMÁRIO

Uma pesquisa realizada entre 1990 e 1995 pelo Centro Scalabrini de Estudos Migratórios (CSEM), ligado à Igreja Católica, mostrou que 27,77% dos estrangeiros atendidos pelo centro no DF tinham curso superior e outros 40,33% haviam completado o 2º Grau. Somente 2,33% dos imigrantes consultados tinham encerrado os estudos no primário. O quadro é distinto do que pode ser visto em São Paulo e outros grandes centros de atração de imigrantes.

O peruano Daniel Bueno Torres, 32 anos, é engenheiro de sistemas, chegou há três anos no DF

Joedison Alves



Rita (E) é faxineira e amiga de Carmem: "Depois que regularizar minha permanência, vou ver se encontro algo melhor"

e está esperando regularizar sua documentação para assinar um contrato com uma empresa. Por enquanto, trabalha de forma autônoma, prestando serviços a diversos clientes.

Ele já pediu a anistia e, além da possibilidade de melhoria na carreira profissional, está festejando a regularização de sua situação para poder passar o Natal com a família em Lima, a capital peruana. "Agora não há mais medo de sair e não conseguir entrar de novo", alega-se.

A mesma pesquisa do CSEM mostrou o quanto a legalização da estada no Brasil é importante para os imigrantes. Dos 129 imigrantes que responderam a pergunta sobre quais eram suas expectativas no Brasil, 59 disseram querer obter documentação para trabalhar. A segunda citação, com dez respostas, dizia que a expectativa era não ter de deixar o país.

## UNIVERSIDADE É ATRATIVO

É na possibilidade de conseguir um trabalho melhor com a documentação regularizada que a peruana Rita Marlene Salcedo Cardenas, 47 anos, está apostando.

Ela deixou Lima há três anos. Órfã, separada do marido e com dois filhos para criar, Rita resolveu vir para o DF onde morava seu único irmão. Hoje é faxineira em uma casa do Lago Sul e melhora seu rendimento fazendo pequenos trabalhos para a Igreja Missionária Evangélica Betel Brasileira.

"A gente hoje trabalha no que aparece, mas depois que regularizar a minha permanência aqui vou fazer carteira profissional para ver se encontro alguma coisa melhor", afirma.

Rita divide uma casa de dois quartos com Carmem Ines Vera Reyes, 35 anos, outra peruana, mãe de três filhos, que se mudou para o DF há três anos. O aluguel da casa custa R\$ 380,00, pagos com dificuldade pelas duas.

Carmem resolveu se mudar para Brasília porque seu antigo marido veio fazer um curso de Administração de Empresas na Universidade de Brasília (UnB) e falou muito bem do lugar. Hoje ele está vivendo nos Estados Unidos, e sem periodicidade certa manda dinheiro para ajudar os filhos.

Carmem trabalhou como professora em sua cidade natal, Trujillo, no Norte do Peru, e agora faz faxina na mesma igreja de Rita. "Trabalhamos de segunda-feira a

sábado, mas graças a Deus estamos dando conta", afirma. As duas peruanas tinham medo que a clandestinidade impedisse seus cinco filhos de estudar, mas todos estão na escola.

A irmã Rosita Milesi, do CSEM, acredita que, como Carmem, outros estrangeiros vêm ao DF por causa da universidade. Não que todos venham estudar, mas um vem para isso e acaba falando bem da região e ajudando outras pessoas a se instalarem. "O estudo é o elemento condutor de estrangeiros aqui", diz a religiosa.

O governo não sabe quem são, onde estão e de onde vêm os estrangeiros ilegais que entram diariamente no país — a estimativa mais confiável é de que eles somem cerca de 100 mil pessoas.

No dia 7 de setembro, o presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou as comemorações do Dia da Independência para assinar, entre outras medidas na área de direitos humanos, dois decretos beneficiando os estrangeiros clandestinos.

Um concedeu anistia de dois anos para que possam regularizar sua situação e outro criou o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

## O CAMINHO DA LEGALIZAÇÃO

### QUEM PODE PEDIR A ANISTIA

■ Estrangeiros que estejam em situação irregular e ingressaram no país até 29 de junho deste ano

### O QUE PRECISA SER APRESENTADO

- Declaração expressa de data de ingresso no Brasil
- Passaporte válido ou documento equivalente
- Certidão negativa de antecedentes criminais no Brasil
- Declaração de ausência de antecedentes criminais no país de origem
- Duas fotos coloridas recentes 3 X 4

### QUANTO CUSTA

■ 28,5463 UFIRs (R\$ 27,44) do registro e mais 54,8968 UFIRs (R\$ 52,76) da carteira de identidade de estrangeiro. Total: 83,4431 UFIRs (R\$ 80,20)

### ATÉ QUANDO PODEM SER FEITOS OS PEDIDOS

■ 7 de dezembro

### ONDE ELES DEVEM SER FEITOS

■ Nas superintendências da Polícia Federal. No DF, o endereço é SAIS, Quadra 7, Lote 23 (Setor Policial Sul). O horário de atendimento é das 12h às 17h50min. Telefones para informações: 345-9520 e 311-8545.

## MEMÓRIA

### PORTUGUESES E NEGROS FORAM OS PRIMEIROS

Logo que descobriram o Brasil, em 1500, os portugueses tomaram o cuidado de povoar o território para não perdê-lo. Assim, começou a imigração portuguesa para o Brasil, que se intensificou do século XVI ao século XVIII. Além dos portugueses, chegaram ao Brasil, do século XVI ao XIX, seis milhões de escravos negros vindos da África.

A partir de 1808, com a abertura dos portos decretada pelo imperador português Dom João VI, a imigração não-portuguesa foi legalizada. Em 1819, foram fundadas as colônias alemãs de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e de São Leopoldo,

no Rio Grande do Sul, que deu origem a novas colônias gaúchas, como a de Torres e a de Nova Hamburgo. Na década de 1840, a imigração alemã intensificou-se.

De 1850 a 1888, os italianos começaram uma imigração maciça para o sul e o sudeste. Eles tiveram presença marcante no campo, onde trabalharam nas lavouras de café, e também nas cidades, onde contribuíram para a urbanização.

Entre 1890 e 1900, o número de entrada de imigrantes foi duas vezes maior do que o total registrado nos 80 anos anteriores. De 1819 até 1969, entraram no país mais de cinco milhões de imigrantes, principalmente portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses. A partir da década de 30, o governo passou a limitar a entrada de imigrantes para proteger o trabalhador nacional.